

ABC afro-brasileiro

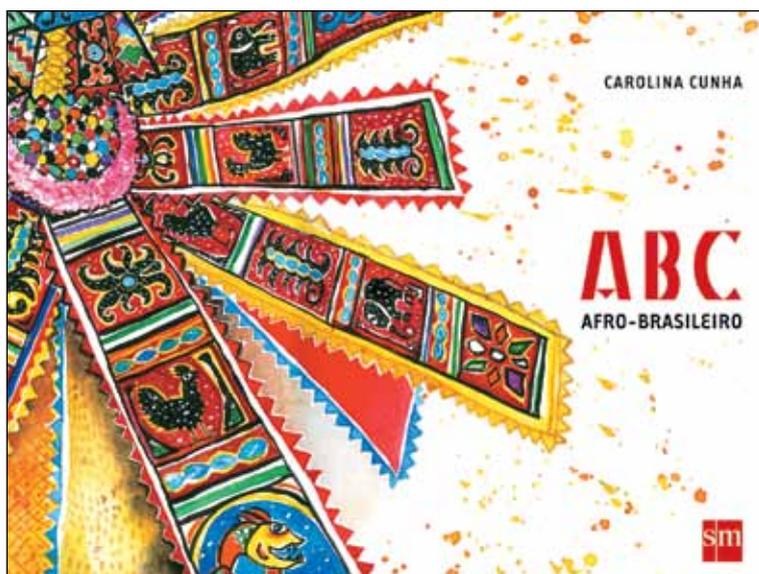
Carolina Cunha



Ilustrações da autora

Temas Cultura afro-brasileira • Brasil • Diversidade cultural • Dança •
Costumes • Rituais • História • Religião

GUIA DE LEITURA PARA O PROFESSOR



48 páginas



A AUTORA Carolina Cunha nasceu em Salvador, Bahia, em 1974. Depois de se formar em Propaganda e Marketing pela ESPM, em São Paulo, estudou *design* gráfico na School of Visual Arts, em Nova York. Trabalhou em agências, escritórios de *design*, redações de revistas e, atualmente, tem seu próprio estúdio, onde ilustra e realiza projetos gráficos para livros. Em 2002, publicou *Aguemon: um mito yorubá da criação do mundo*. Pela SM, em 2005, lançou *Caminhos de Exu*, na coleção Barco a Vapor, e, em 2007, *Eleguá e Yemanjá*, os dois primeiros títulos da coleção “Histórias de Okú Láilái”. Sua obra é resultado de inúmeras pesquisas e revela conhecimentos profundos sobre a herança cultural e religiosa afro-brasileira.

A HISTÓRIA DO LIVRO

RELEVÂNCIA DO TEMA E ORGANIZAÇÃO DOS VERBETES

Não existe consenso sobre os moldes do ser “afro-brasileiro”. E, se for possível traçar um retrato dessa fisionomia reunindo qualidades a partir das características coletivas salientes ou impressivas dos mais distintos grupos étnicos, este é igualmente variado e jamais definitivo. Porque é assim que a África empresta ao Brasil suas marcas.

Nós não somos exatamente um povo que “tem o pé na África”, mas um povo em cuja alma a África se manifesta. Por aqui, a influência do negro sente-se em toda parte. Não apenas no aspecto físico, mas nas expressões da civilidade, no jeito de ser solidário, reformador, humorado.

O que o *ABC afro-brasileiro* pretende mostrar são resultados da aproximação entre costumes, histórias e culturas completamente estranhos, fatos e processos de expansão dos povos africanos em algumas regiões do Brasil, provocados pelo deslocamento geográfico do tráfico e estabelecidos com os reagrupamentos de negros das mais diversas “nações”, sobretudo a partir do século XVII, à época do regime escravista. E isso inclui os movimentos rebeldes que aqui se sucederam (como o quilombismo rural, o levante malê) e outras numerosas reações contestadoras às camadas senhoriais e à violência sistêmica (como a capoeira, o batuque, o sotaque, o samba, o candomblé).

Tal como se apresenta, o livro é um álbum ilustrado desse legado que se ampliou de modo absolutamente inédito entre nós. Em suas páginas, são introduzidos conceitos e informações sobre a origem de certos objetos rituais, alimentos, personagens, tradições, mitos, folguedos, por meio de verbetes listados em ordem alfabética, que escapam, todavia, do simplismo. Entre o olhar da reflexão e o do prazer, devemos lê-lo, prestando atenção às quantas questões despontam como desdobramentos dessa perspectiva de abordagem fortunosa do sintagma afro-brasileiro.

UMA HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA

FATOS GEOGRÁFICOS E HISTÓRICOS

A chegada dos africanos ao Brasil é uma história complexa que se inicia ainda no século XVI, na época colonial de todo o continente americano.

É o auge das transações marítimas entre Europa, África e Américas, no ponto mais alto da presença portuguesa no mundo. E o Brasil, com destaque para algumas regiões, se torna um



porto dinâmico e capital de comércio, riqueza, criatividade. É o tempo do florescimento da produção açucareira.

Os portugueses têm entrepostos e fortalezas em toda a costa oeste da África (designada Guiné pelos historiadores) e seu maior interesse nessas paragens é o ouro. Eles trocam negros bantos que capturam em Angola e no Congo pelo ouro da Costa da Mina. No Brasil, vêm buscar açúcar e cachaça. Já no século XVIII, é daqui que retiram o ouro que levam para Europa, por contrabando, em troca de escravos trazidos do Congo. Dessa época em diante, a economia portuguesa entra em declínio. E o Brasil conhecerá um processo de desestabilização decisivo, que o transformará profundamente.

Em questão de pouco tempo, a exploração do açúcar passa a ser controlada pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. O Brasil goza o privilégio de ser a zona agrícola mais importante do mundo atlântico. Enquanto isso, são descobertas fartas jazidas auríferas em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Calcula-se que, pela virada do século XVIII, o Brasil forneça mais ouro a Portugal do que todo o ouro remetido pela América aos espanhóis em 150 anos. A dependência de Portugal com relação à Inglaterra é fato consumado. Afastado da cena principal, Portugal deixa de lado a era industrial, submetido à nova potência do mundo. Por tudo isso, a riqueza das minas brasileiras vai desembocar em outras praças europeias. E, assim como o açúcar se torna um negócio holandês, o ouro brasileiro passa a ser um negócio britânico. Tem mais: a Inglaterra drena o ouro brasileiro não só via Portugal, por expedientes legais, mas por contrabando feito diretamente do Brasil.

Do outro lado do mar, pressionados pelos holandeses, os portugueses são expulsos do Forte São Jorge da Mina e deslocam o tráfico para portos no golfo de Benin, onde o tabaco brasileiro, a essa altura, faz o maior sucesso e torna possível uma troca intensa e recíproca entre as duas margens do Atlântico. Ou seja, graças ao fumo, pelo que os daomeanos têm grande apreço, é que, a partir desse período, yorubás, haussás, nagôs, ewes, bornus, capturados e convertidos em mercadoria pelo reino de Daomé, não param de chegar ao Brasil. Os negreiros do Benin criam um movimento comercial intenso sem correspondência na história do tráfico, que escapa inclusive ao controle de Lisboa e se estende clandestinamente, por anos e anos, após a lei que aboliu o tráfico de escravos nas colônias ao sul do equador (1830).

Com relação à realidade social no Brasil, o século XVII apresenta duas mudanças radicais. A primeira delas refere-se à chegada de negros de uma faixa territorial específica do continente africano: a região de Angola e do Congo. São os negros bantos. Por que, até então, o que havia aqui eram os chamados escravos



O CICLO DA GUINÉ | SÉCULO XVI

Foi na segunda metade desse século que começaram a chegar os escravos da Guiné. Eles eram embarcados nas ilhas de Cabo Verde, ilhas e margens do Senegal, margens do rio Gâmbia, até a região conhecida nos primeiros tempos como “rios do sul”, entre os quais se distinguem o Grande, o Nunez, o Pongo, os rios Grande e Pequeno Soarcies.

Os principais povos dessa região central da África, que compreende as terras situadas entre o Senegal até a foz do Orange, estavam organizados em tribos. Eram os axantis (gente que constituía o império do Mali), os fantis (de Gana), os fulas e bambaras (de origem berbere-etíópica), os jolofos (já influenciados pelo islamismo), os sereres e os mandingas (de tradição guerreira, considerados altivos e perigosos pelos lusos, que lhes atribuíam feitiçarias). Já conheciam a agricultura de enxada, o artesanato do ferro, do ouro, do bronze, do cobre e destacavam-se nas atividades de pecuária.

A influência dos negros trazidos por esse ciclo é bem menos considerável e quase imperceptível, se compararmos com o fluxo intenso de africanos advindos de outras regiões nos períodos seguintes. Apenas sabemos que sob a denominação genérica de “negro da Guiné” muitos bantos de Angola, Congo, Zaire, Benguela, Zimbábue e sudaneses do Mali, Mauritânia e Camarões entraram no Brasil.

A expressão “Guiné”, que os primeiros navegadores deram ao conjunto de terras situado ao norte da linha equatorial, entre a Senegâmbia e o Congo, perdeu gradualmente seu valor compreensivo à medida que os países foram sendo mais conhecidos em suas toponímias.

da Guiné, negros de procedência variada e sobre os quais muito pouco se sabe com precisão. A segunda, faz referência à superioridade numérica de importação de escravos nesse período, pois bantos são os primeiros africanos que vêm “em massa” para o Brasil, o que promoverá uma verdadeira alteração na composição do contingente negro de nossa população, principalmente nos estados da Bahia e Pernambuco. E não tardarão a chegar os negros minas, seguidos dos sudaneses (com predominância jeje e nagô), à tenda cruel do cativo.

Em seu livro *O negro na Bahia*, publicado em 1946, Luiz Vianna Filho informa que, se é possível esquematizar a presença africana no Brasil em ciclos ou períodos, estes são em número de quatro: o ciclo da Guiné (a partir da segunda metade do século XVI), o ciclo de Angola e do Congo (no século XVII), o ciclo da Mina (durante os três primeiros quartos do século XVIII) e o ciclo da baía de Benin (entre 1770 e 1850, incluído o período do tráfico clandestino).

Nessas circunstâncias objetivas, procuramos entender as implicações do escravismo e recortar alguns ângulos da realidade vivida pelos negros. Este guia é, portanto, uma reconstrução do ambiente social e ecológico que se configurou em nosso país por mais de quatro séculos de tráfico; uma visão panorâmica do processo que fez de nós o que somos.



Provém o fato, principalmente, das restritas noções geográficas da época dos descobrimentos, quando a costa africana, como a brasileira, esteve sujeita a batismos que nem sempre viriam a prevalecer posteriormente.

No Brasil, os guineanos foram responsáveis pela implantação das culturas extensivas de mandioca, milho e coco.

O CICLO DE ANGOLA E DO CONGO | SÉCULO XVII

Os territórios de Angola e do Congo, que até o século XVI estiveram compreendidos sob a designação geral de Guiné, tiveram em seguida, ao serem mais bem explorados pelos navegantes lusos, seus limites fixados entre os cabos Lopo Gonçalves e Negro, abrangendo o território de Benguela.

A importância desse ciclo foi extraordinária e suas marcas conservam-se entre nós até hoje. A proximidade era, por sinal, uma grande vantagem no deslocamento do tráfico em direção a essas costas. O comércio de gente proveniente das regiões subequatoriais africanas com o Brasil era facilitado pela pequena distância entre os portos de Angola e do Congo e os portos da Bahia e do Rio de Janeiro. Essas travessias se faziam, em média, em quarenta dias.

Por conta dessa conveniência, as migrações de negros bantos inauguraram um tempo sem precedentes. Nessa época, a indústria açucareira reclama cada vez maior quantidade de negros para o trabalho no plantio, nas oficinas e para o trabalho doméstico. E às necessidades do novo mercado, os reinos de Angola e do Congo se abrem com grandes ofertas de escravos.

O TRÁFICO DE ESCRAVOS E A DIÁSPORA AFRICANA

Regra geral, esse ramo de comércio deflagrado pelas grandes navegações oceânicas e pelo espírito cumulativo do capitalismo revelou-se um dos principais motores da economia mundial, desdobrando-se das Índias às Américas num incessante ir e vir, vital para a manutenção dos sistemas produtivos e para a circulação das mercadorias entre colônias e metrópoles. Portanto, qualquer empreendimento nas terras férteis do Brasil seiscentista e setecentista teria sido impensável sem o suporte da mão de obra escrava trazida da África a bordo dos famigerados navios negreiros.

Até 1531, quando a Coroa lusitana finalmente decidiu investir na expedição de Martim Afonso de Souza, as terras brasileiras não passavam de um sonho tropical. Àquela altura, não eram apenas portugueses que cobiçavam as riquezas do Brasil; espanhóis, franceses, ingleses, holandeses já frequentavam as praias desta terra com grande desenvoltura e faziam trocas comerciais com aldeias de toda a costa. Viagem de caráter colonizador, ela vinha da preocupação lusitana com a expansão americana dos espanhóis e com a ameaça francesa ao território nacional. Em suma, era preciso ocupar a orla brasileira, e, como fosse esse um projeto dispendioso, atrair capitais da iniciativa privada se tornara absolutamente indispensável. Gente enriquecida no Oriente era o que mais havia. Daí a transplantar a experiência ultramarina realizada, com êxito, na colonização das ilhas da Madeira, dos Açores, de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, para cá, foi um pulo.

Dois anos após a expedição afonsina, estava concebido o decreto que promulgava o regime das capitanias hereditárias no Brasil. O “modelo” havia convertido aquelas ilhas em bases importantes do comércio açucareiro e consistia basicamente na divisão da colônia em sesmarias, na denominação de um chefe ou capitão-donatário e no pagamento de taxas para a Coroa em troca da doação e da proteção do território costeiro e das lavouras.



Todos os estudiosos da diáspora apontam numerosas e decisivas contribuições desses povos para a formação da identidade biológica e cultural do povo brasileiro. O já citado autor Vianna Filho (p. 88) diz: “Bantos foram os primeiros negros exportados em grande escala, e aqui deixaram de modo indelével os marcos da sua cultura. Na religião, no folclore, nos hábitos, na língua, influíram poderosamente”.

Destacamos como pontos iniciais de entrada dos bantos os mercados de escravos de Pernambuco (extensivos a Alagoas), Rio de Janeiro (servindo a Minas e São Paulo) e Bahia. Entre os grupos estabelecidos sob essa designação, os mais influentes no Brasil foram os congos, muxicongos, loangos, cabindas e monjolos, do Congo; rebolos, cassanges, loandas e benguelas, de Angola; e os macuos e angicos, de Moçambique.

Ao contrário dos berberes, os bantos eram essencialmente agricultores. Tinham experiência com as lavouras de cana e de algodão, já haviam domesticado animais, em certas zonas possuíam gado bovino, conheciam a metalurgia e eram bons oleiros (ver p. 36).

A partir do século XVII, quando ocorrem as descobertas das primeiras minas de ouro no Brasil, há uma movimentação ainda mais intensa do tráfico entre as províncias da Bahia, Rio de Janeiro e os reinos de Angola e do Congo. A preferência, aliás, era explicável também pelas melhores condições de adaptação desses negros. Os bantos eram mais capazes de aprender os ofícios mecânicos, mostravam-se eficientes com as

Indo em busca das origens da cana-de-açúcar, descobrimos que seu cultivo começou em terras asiáticas, alcançou a Pérsia e, graças aos árabes, foi levado ao Mediterrâneo. Chegou ao norte da África, depois ao continente europeu, às ilhas atlânticas, para, finalmente, implantar-se no continente americano. De lá até aqui as tecnologias produtivas se aprimoraram, difundindo-se rapidamente ao longo do século XV, e para essa produção se impusera o emprego da mão de obra escrava negro-africana, que sustentaria a economia de toda uma época.

O que se desenha nesse momento da história é a passagem da feitoria e do escambo para a agricultura escravista. Resultado desse brutal e multicultural evento foi o estabelecimento de “nações”, comunidades afrodescendentes reagrupadas em nosso país, desde os primeiros dias subordinadas aos interesses do sistema colonial, patriarcal, latifundiário.

No final do século XVI, já se contavam mais de cem engenhos espalhados entre as terras de Pernambuco e da Bahia. Impulsionadas pela cobiça do lucro, essas empresas desempenharam o papel determinante de promover o domínio territorial e de fixar gente nas regiões franqueadas às plantações. Mais que um polo econômico produtivo, o engenho constituía um polo cultural, colonizador, desbravador, formado pela fábrica, pela casa-grande, pela capela e pela senzala. Ao se implantar em determinada região, imediatamente magnetizava o espaço a seu redor. E, no rastro de sua expansão, foram surgindo, aqui e ali, vilas e paróquias.

A gente que colocava os engenhos para funcionar sofreu uma sensível variação, se compararmos o que havia no século XVI com o que aconteceu no século XVII. Nos primeiros tempos, os engenhos viviam com base na exploração do trabalho indígena. Já pelo limiar do século seguinte, o composto da escravidão revelava-se misto, mais ou menos dividido entre índios e africanos. E, com o andar da carruagem, os negros passariam a despontar



atividades urbanas e tanto percebiam como falavam a língua portuguesa com maior desenvoltura do que os africanos de outras etnias.

Com efeito, são as línguas faladas nos territórios de Angola – o kimbundo (tribos ambundos de Luanda e Norte), o umbundo (povo ovibundo do baixo Cubango ou sul de Angola) e o kicongo (povos bacongos da foz do rio Congo, do baixo Zaire e do sul da República do Congo) – as mais incorporadas a nosso léxico; ressalte-se também a existência de diversos outros dialetos banto que, por certo, influenciaram o português falado, bem como as matrizes religiosas no Brasil.

É sobretudo em torno da religião que surpreendemos a larga intervenção dos bantos nos costumes brasileiros.

O banto está na origem das festas religiosas promovidas pelos negros naquela época. O sincretismo religioso dos bantos logo se verificou nos cultos a São Benedito e a Nossa Senhora do Rosário. Sob a invocação desses santos católicos, surgiram as “irmandades”, que viriam a proliferar na Bahia, em Pernambuco, em Minas e no Rio. Ao mesmo tempo, procuravam preservar com fidelidade o culto aos inkisses (seres primordiais, expressões divinas das forças da natureza) legado dos seus ancestrais.

Os folguedos dos bantos em muito lembravam Angola e Congo com danças, cantos (tirados nos idiomas de origem) e mascarados. Vêm daí os calundus, os batuques, as cheganças, os reisados ou congadas (ver p. 35), os maracatus, as festas de São Gonçalo, os tambores do candomblé e as marujadas.

Não podemos deixar de mencionar os ritmos, as danças e os jogos que

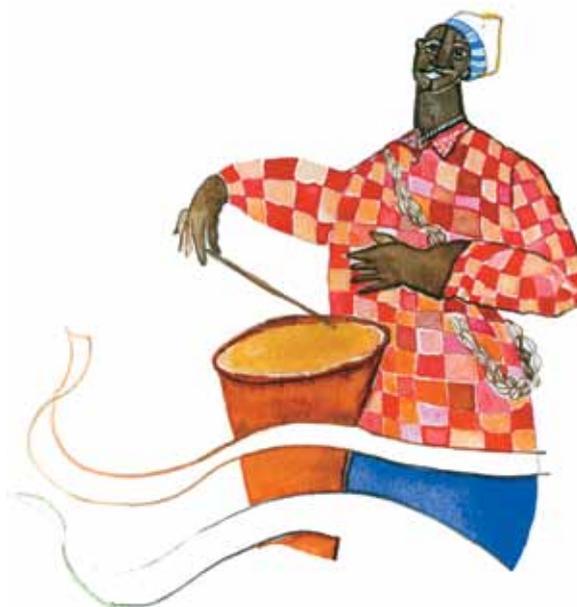
como principal fonte de recursos humanos em todos os setores da crescente economia.

Ora compreendendo vastos territórios, ora restrito a pequenas regiões, movimentando milhões de negros de um lado para o outro do Atlântico, permitindo lucros consideráveis, é assim que o tráfico se torna parte inseparável da nossa história e, devemos assinalar, não se esgota em sua face mais miserável e conhecida. São muito sérios e profundos os vínculos implicados nas relações dos povos africanos, europeus e índios. Certo é que, apesar de todas as desigualdades, os recém-chegados fortaleceram, com suas qualidades de dignidade, altivez e coragem, a nova ordem social brasileira.

A RESISTÊNCIA

A consciência moral a respeito da miséria, da desigualdade, da opressão, do racismo, que orquestrou os movimentos de resistência do negro dentro da sociedade brasileira, começou a formar-se como consciência de classe quando as condições materiais que a configuraram no processo histórico encontraram sua correspondente superação no exercício da luta social. Mas a indignação, o mal-estar, o sentimento de revolta, já haviam se apresentado na gênese do escravismo, no instante em que o negro caiu no cativeiro.

Trazido para o Brasil como força de trabalho, o negro nada mais era do que moeda de troca sujeita às leis da mais-valia. Do ponto de vista europeísta, era um bem de compra e venda como o gado. Reduzido a algo que podia ser possuído, estava inteiramente à mercê de seu dono. Tanto era mais poderoso aquele que



aprendemos com esses africanos. Para se ter ideia, o samba de roda, a capoeira (ver p. 10), o makulê, o lundu, a umbigada (ver p. 38), o coco, o samba de caboclo, o jongo são alguns acontecimentos lúdicos dos povos bantos, aos quais se entregava com prazer um contingente considerável de brancos e mulatos. Também contribuíram com a cuíca, o pandeiro, o atabaque, o ganzá, o reco-reco, a malimba, o berimbau, entre outros instrumentos, proporcionando uma sonoridade especial a nossa música popular. Produtos como dendê (ver p. 12), pimenta-malagueta, rapadura, banana e galinha-d'angola (ver p. 16), incluídos em tantos cardápios nacionais, têm origem nessa região do continente africano e fixaram-se no Nordeste brasileiro por essa época.

O CICLO DA MINA | SÉCULO XVIII

Na segunda metade desse século, assistimos a um avanço marcante do tráfico para a Costa da Mina. Dentre as causas determinantes da variação na rota, devemos assinalar: o progresso das culturas do tabaco na Bahia e em Pernambuco, do algodão no Maranhão, do café em São Paulo e no Rio, a descoberta do ouro em Minas Gerais, as guerras internas na Costa da Mina, e, talvez, a epidemia de bexiga (varíola) em Angola, ou não teríamos como explicar o fato de os traficantes portugueses terem abandonado um mercado mais próximo e já conhecido para se irem abastecer em portos de acesso dificultoso. Outro fator de

tinha sob seu domínio grande cópia de escravos. De modo que dentro e fora das casas, nos campos e nas cidades, nada se fazia sem o negro.

Vencendo todas as adversidades, o negro foi, desde o início, um contestador da ordem geral. Para ele, o inimigo concreto e imediato era a escravidão, não o sistema colonial. A prova disso é que, depois de extinto o regime colonial, os negros africanos continuaram se rebelando.

E, como onde havia escravidão havia revolta contra a escravidão, datam do século XVI os primeiros núcleos de refúgio de escravos: os quilombos. Mais adiante, dentro dos limites senhoriais das cidades, entre os séculos XVIII e XIX, foram esses negros (cativos ou libertos) que procuraram acabar com a relação escravista, tanto pelas armas quanto pelas palavras, promovendo os levantes urbanos.

Na verdade, em sua sujeição mais asfixiante, o escravo continuava o mesmo: estrangeiro absoluto, condenado a um exílio sustentado pela violência. É possível identificar uma continuidade histórica entre Palmares (ver p. 47) e o Levante dos Malês (ver p. 25). Contudo, falemos antes das “pequenas sedições do cotidiano”, que denunciam a permanente revolta dos negros contra a humilhação do cativo.

Seja como tenha sido, tanto o trabalho benfeito como o malfeito serviam aos propósitos da resistência. Em vista dos bons frutos obtidos, o primeiro modo refletia num relaxamento da vigilância senhorial. Já o segundo visava prejudicar e, sobretudo, irritar as elites escravocratas dos trópicos.

A mentira, o engodo, o fingimento eram apenas algumas maneiras possíveis de falsear informações e de, ao mesmo tempo, afirmar uma verdade própria. Outro modo de insubordinação era a prática voluntária do aborto. A mãe padecia, mas feria o regime. O envenenamento de senhores e o suicídio também ataçaram fogo às fogueiras do protesto. Havia um sentido social nessas atitudes: impedir o aumento da mão de obra escrava. O furto, como a fuga, e até o uso da magia foram igualmente reações contra o escravismo.

Acontece que os negros fugitivos se encontravam pelos morros e pelos campos em seus caminhos. Esses africanos eram argutos guerrilheiros; não raro assaltavam vilas e cidades. Daí, claro, o surgimento dos quilombos. Atravessando toda a história da escravidão nas Américas, os quilombos apareceram como um misto de acampamento guerreiro e comunidade rural e, ainda hoje, representam projetos de vida comunitária alternativa. Nesse ponto, a complexa situação de Palmares figurou como o extremo da organização quilombola.

Se os negros provocavam assim a reação de autoridades coloniais, então sua insubordinação ao cativo devia ser mesmo um problema público. Em zonas recuadas, onde ensaiavam novos

relevante importância eram os menores preços dos escravos vendidos naquela costa. Vê-se, portanto, que as relações entre os negociantes brasileiros e a Costa da Mina assentaram-se, desde o início, em sólidas bases econômicas.

Para as minas e mesmo para as lavouras brasileiras, já não bastavam os mercados de Angola. Era preciso ir buscar escravos alhures. Mas a Colônia carecia de um produto que servisse imediatamente à demanda dos negreiros, corretores que agenciavam na referida costa. Foi aí que o tabaco entrou em cena. Enquanto ingleses, franceses, holandeses, dinamarqueses levavam outras mercadorias, fumo apenas era o que levavam os portugueses. E por causa dele Bahia e Pernambuco quase tiveram o monopólio do comércio com a Costa da Mina. Pronto descobriram que nenhuma mercadoria levada pelo tráfico se comparava ao tabaco, na opinião dos negros dessa região. “Escravo tinha quem fumo levava.” Era a lei do comércio na Costa da Mina. Por ele, regulava-se o tráfico entre os cabos Lopo e Monte.

Convém observar que, se o tabaco gozava de tamanha reputação nos mercados superequatoriais, o mesmo não se verificava nos portos da costa subequatorial, que dava maior valor a ouro, baralhos, aguardentes, tecidos e quinquilharias. Essas preferências concorreram diretamente para que o tráfico viesse a se desenhar por duas rotas distintas, fazendo-se pelas linhas Lisboa-Angola-Rio e Costa da Mina-Bahia-Pernambuco.

Eram tais as vantagens que o comércio baiano retirava do fumo que, em pouco tempo, a Bahia passou a

modos de viver, esses africanos conheceram as primeiras liberdades e puderam assentar as heranças trazidas dentro de si.

Realmente, o que houve no Brasil foi uma maré de mocambos e quilombos. Das matas e mangues pernambucanos às caatingas sertanejas de Minas e da Bahia, chamavam a atenção os numerosos ajuntamentos de negros. Essa agitação popular logo chegaria às cidades. É quando vão ganhar corpo, entre outros empreendimentos, a Inconfidência Mineira, a Revolta dos Alfaiates, a Sabinada, a Cabanagem, a Balaiada e o Levante dos Malês (ver p. 25). Lembramos o episódio do Levante neste guia pelo sentido de igualdade que propunham aqueles rebeldes islamizados para além das fronteiras da Bahia e porque foi aquela a última e mais séria insurreição de negros e mulatos ocorrida antes da abolição.

O que fica para nós de tudo isso é o triunfo do sonho sobre a dura realidade; o sonho transformador que viria a se opor às bárbaras desumanidades e livrar para sempre o negro do cativeiro em que o destino lhe havia colocado.

É evidente que, mesmo após a abolição, a resistência do povo negro continuou, uma vez que a liberdade amparada pelas leis de 1888 não conferia a esses indivíduos sua integração na sociedade brasileira em termos igualitários aos demais cidadãos de outras classes e raças.

Na luta pela plena cidadania, a população negra teve de implementar uma série de ações empenhada em garantir sua inclusão nos diversos setores sociais. É nesse contexto que se devem apreciar a constituição dos Congressos afro-brasileiros de Pernambuco e da Bahia, a formação do umbandismo, o surgimento da Frente Negra em São Paulo e na Bahia, o desenvolvimento de uma imprensa negra, a criação do (TEN) Teatro Experimental do Negro e do Museu de Arte Negra, a organização dos afoxés, maracatus, blocos afro, o tombamento de terreiros de candomblé e a consolidação do (MNU) Movimento Negro Unificado, a recente apropriação do dia 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra, e a Lei 10.639 de 9 de Janeiro de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Afro-brasileiras no currículo oficial da rede de educação.



abastecer de trabalhadores escravos novos mercados intracoloniais que surgiam. O comércio da Bahia recebia ainda navios oriundos do Oriente e para aquele Oriente tinha também seus próprios produtos. Naves de Macau, de Goa eram frequentes e bem-vindas. Para o Rio Grande do Sul, por exemplo, a Bahia levava sal, açúcar, produtos trazidos das Índias e da Europa e, principalmente, escravos. Para se ter noção da grandeza desse comércio entre províncias, vejamos os números de embarcações que frequentaram os portos baianos entre os anos 1798 e 1807: foram 304 navios enviados de Lisboa e 464 enviados do Rio Grande do Sul. Em contrapartida, Lisboa recebeu 258 naves baianas e o Rio Grande do Sul, 459. Assim foi por cem anos. Mas, por enquanto, o que nos interessa é outra coisa.

Dispondo da matéria-prima essencial para o comércio de escravos, Bahia e Pernambuco desbancavam qualquer concorrência, inclusive a dos portugueses, que não tinham forças para enfrentar a competição. E, como todos precisavam de escravos e só o Brasil possuía o tão estimado fumo, rapidamente a composição social brasileira ganhou novo rol de personagens.

Assim, os negros que aqui ou nas Índias Ocidentais e também na América do Norte aportaram, vindos não da Costa do Ouro (império do Mali), mas da Costa dos Escravos (Nigéria, Benin, Togo, Gana e Costa do Marfim), serem chamados de mina foi mera questão de situação geográfica. Esses escravos eram obtidos nos portos de Grande Popo, Ajudá ou Wydah (ver

ATIVIDADES EM SALA DE AULA

Uma diversidade de projetos pode ser desenvolvida a partir da leitura do *ABC afro-brasileiro*. Seja qual for a abordagem, recomendamos que o professor leve os alunos a procurar elementos que indicam nossas origens africanas e por que meios chegaram até nós.

Seguem algumas propostas pedagógicas que envolvem diferentes áreas curriculares:

- Pesquisar, em dicionários, enciclopédias e internet, palavras de origem africana dos diversos grupos linguísticos (banto, nupe, ibô, akan, fon, yorubá etc.) que foram assimiladas pelo idioma português brasileiro é um modo de ampliar a compreensão dos alunos sobre um vocabulário afro-brasileiro.
- Os vocábulos usados no Brasil variam de linhagem ao infinito e foram fonicamente aclimatados, sobretudo nos templos religiosos de origem banto, fon e yorubá. Na concepção yorubana, por exemplo, os signos linguísticos são excepcionalmente melódicos e estão carregados de força mágica. Nesse sentido, o professor pode enfatizar o poder da palavra, motivando o grupo a pensar em seus diferentes usos, destacando, por exemplo, que, entre os yorubás, a palavra é sagrada, dotada de axé (ver p. 7). A partir dessa reflexão, os alunos podem fazer um reconhecimento dos tipos de comunicação (a voz, os búzios, os atabaques, os ebós) e das diversas formas de linguagem (saudação, provérbio, cantiga, poesia, sotaque) encontrados no livro.

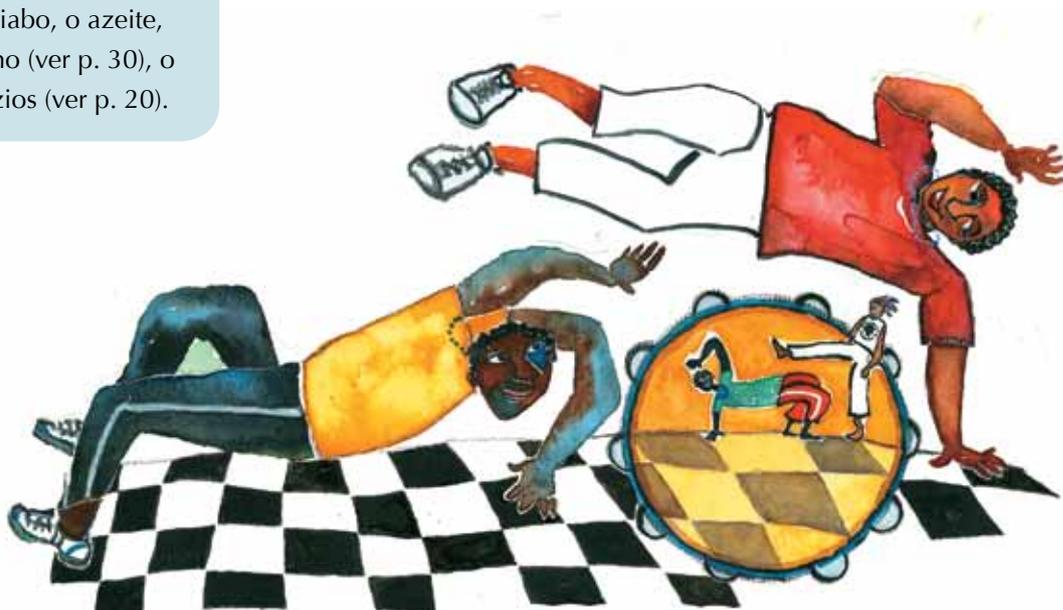


p. 41), Jaquim e Apá, situados a leste da costa do Daomé; mas o principal portal de saída era, sem dúvida, o Castelo de São Jorge da Mina. A história do Forte da Mina é longa e complicada, envolvendo lutas entre europeus e africanos, tendo, por fundo, seguramente, o maior depósito de ouro do planeta – Gana, hoje sem ouro e em grandes dificuldades financeiras.

Se alguém se der ao trabalho de olhar a atual lista telefônica de Accra (capital de Gana), certamente se surpreenderá com a quantidade de “da Rocha”, “da Silva”, “Silva”, “Silveira”, “Oliveira” e, naturalmente, “da Costa” nela registrados. Este último teria sido, aliás, o sobrenome preferido pelos mercadores brasileiros para batizar os negros vindos da Costa dos Escravos. E a história é singela: os que conseguiram voltar para a África continuaram com seus nomes abasileirados. Mas também é verdade que muitos ficaram por aqui.

Alguns tradicionais produtos da Costa da Mina tornaram-se populares no Brasil. São conhecidos como “da Costa”: o inhame, o quiabo, o azeite, o feijão-fradinho, o pano (ver p. 30), o sabão, a palha e os búzios (ver p. 20).

- Com base nas informações do livro e deste guia, levantar questões em sala de aula sobre a diversidade cultural brasileira num contexto histórico e geográfico, mostrando no mapa do continente africano a localização dos grandes impérios e povos que contribuíram para a formação do Brasil. Num segundo momento, examinar os aspectos demográficos do território brasileiro e suas relações com o desenvolvimento econômico do país, atentando para a distribuição das populações caracterizadas como negras.
- Promover trabalhos em grupo e debates voltados ao tema dos sincretismos com outras religiões trazidas para o Brasil e para outros lugares da América Latina. Depois, para tratar da influência dessas culturas na formação de nossa espiritualidade, pode-se sugerir aos alunos que tragam mais informações sobre os mitos dos povos banto, jeje e nagô, referentes aos elementos da natureza.
- O livro também favorece uma reflexão sobre os conflitos ideológicos que ocorrem entre os povos e entre as pessoas no mundo contemporâneo, acionados pela intolerância. A partir daí, pode-se empreender um estudo dirigido, do ponto de vista historiográfico, sobre as guerras ocorridas entre os povos jeje e yorubá, e suas repercussões nos territórios africano e brasileiro. Recomenda-se mostrar no mapa a localização dos conflitos. É importante explicar que há continuidade histórica no Brasil decorrente dessas lutas.
- Relacionar alguns exemplos de resistência no processo de aculturação dos povos africanos no Brasil a fim de desmistificar a ideia de que após a abolição a situação do negro tornou-se digna.



O CICLO DA BAÍA DE BENIN | SÉCULO XIX

Com as pequenas guerras que hostilizavam as várias nações da Costa da Mina e, principalmente, com o aparecimento de certo rei poderoso e temido, o reino do Daomé se faria o mais importante aliado de Portugal na exploração do tráfico de cativos dessa época.

Para a abundância do mercado em que se ia abastecer de escravos, os daomeanos expandiam território, impondo-se aos vizinhos com ferocidade (ver p. 22). Os portugueses, por sua vez, voltavam a se fortalecer no tráfico com essa parceria. Só que o prestígio do novo Senhor de Ajudá era enorme e, já agora, o temiam até os lusos, que, diante das investidas inglesas, francesas e holandesas, procuravam apaziguar os ânimos do novo aliado, providenciando tabaco, e muito, que era o produto mais apreciado e escasso naquele reino.

Assim, se é possível dizer que a mineração foi o motor principal do tráfico de escravos no ciclo anterior, constitui o fumo o verdadeiro negócio do ciclo da baía de Benin. O fato exprime bem o que veio a acontecer no quadro social do Brasil do final do século XVIII, quando aproximadamente 70% dos africanos importados pela Bahia foram sudaneses. Ou seja, à predominância dos bantos, substituiria a concentração maciça dos grupos jeje (pertencentes aos grupos linguísticos ewe-fofon, nagô (yorubás da Nigéria, embora o termo se estenda a outras etnias), tapa (ver p. 37), bornu, galinha e haussá (povo do noroeste da Nigéria, de influência muçulmana).

Somente a abolição do tráfico, em 1830, viria a interromper essas relações que se faziam cada vez

- Incentivar a leitura de biografias de personagens importantes do universo afro-brasileiro. Luís Gama (1830-1882), Castro Alves (1847-1871), Lima Barreto (1881-1922), Joel Rufino dos Santos (1941), Carolina de Jesus (1914-1977), Benedita da Silva (1942), Abdias do Nascimento (1914), Chica da Silva (c. 1732-1796), Manuel Querino (1921-1953), Solano Trindade (1908-1974), Mãe Menininha (1894-1986), Mestre Pastinha (1889-1981), Milton Santos (1926-2001) são apenas alguns nomes entre tantos. Recomenda-se, excepcionalmente, a leitura da carta autobiográfica de Luís Gama, datada de 25 de julho de 1880, não só pela beleza do texto, mas por sua clareza e relevância, como um exemplo da postura revolucionária que caracterizou a intelectualidade negra no Brasil.
- Exibir trechos de filmes documentários durante a aula também pode suscitar uma série de observações.
 - Abdias do Nascimento: memória negra*, de Antonio Olavo, Brasil, 2008, 95 min.;
 - Atlântico Negro: na rota dos orixás*, de Renato Barbieri, Brasil, 1998, 54 min.;
 - Barravento*, de Glauber Rocha, Brasil, 1961, 80 min.
 - Família Alcântara*, de Daniel Solá Santiago e Lilian Solá Santiago, Brasil, 2007, 56 min.;
 - Memórias do Recôncavo: Besouro e outros capoeiras*, de Pedro Abib, Brasil, 2008, 54 min.;
 - Mestre Bimba: a capoeira iluminada*, de Luiz Fernando Goulart, Brasil, 2007, 70 min.;
 - Pierre Verger: o mensageiro entre dois mundos*, de Lula Buarque de Holanda, Brasil, 1998, 84 min.;
 - Quilombos da Bahia*, de Antonio Olavo, Brasil, 2006, 98 min.;
 - Ilê Aiyê: the house of life*, de David Byrne, Brasil, 1989, 51 min.;
 Todos eles dedicam-se à íntima e imensa relação de nosso povo com os costumes africanos.
- Consultar os registros audiovisuais das manifestações populares disponibilizados nos acervos e associações culturais de sua região e na internet. Estes registros constituem um fundo documental complementar relevante para a identificação dos principais gêneros das tradições populares brasileiras de música, dança, arte, religião e temas afins.
- E nunca é demais ouvir canções de nossa música popular que exaltam elementos culturais africanos. Citamos algumas: “Benguelê” (Pixinguinha e João da Baiana); “África Brasil” (Zumbi); “Xica da Silva” (Jorge Ben Jor); “Filhos de Gandhi”, “Ilê Ayê”, “Babá Alapalá”, “Jubiabá”, “Serafim”, “Yá Olokum”, “Kaô” (Gilberto Gil); “Tatamiro”, “Meu pai Oxalá” (Vinicius de Moraes e Toquinho); “Canto de Ossanha”, “Berimbau” (Vinicius de Moraes e Baden Powell); “Sim/Não”, “Ia Omin Bum”, “13 de maio”

mais estreitas entre as províncias de Pernambuco, Bahia e a Costa dos Escravos. Foi assim, mas não de uma vez. Em 1851, um ano depois de promulgada a Lei Eusébio de Queirós, dois desembarques clandestinos ainda foram repreendidos na Bahia.

Por essa altura, o germe da república já estaria se formando dentro da nova sociedade, cujos bens econômicos continuavam a ascender à custa do trabalho escravo imigrado do Norte e Nordeste, das lavouras e jazidas em extinção, para as plantações de café e para a produção de charque nas fazendas do eixo centro-sul.

Entre os sudaneses originários da Costa dos Escravos (na baía de Benin), a presença massiva dos yorubás talvez explique a sobrepujança de elementos dessa cultura em nossa religiosidade e em nossa linguagem nas épocas mais recentes.

Temos notícias do poderio yorubá já na própria África, estendendo-se desde a região do golfo da Guiné até o interior do Sudão. Sua civilização surpreendeu os primeiros europeus pelos trabalhos em bronze que faziam no reino do Benin. A religião, a organização política e os costumes sociais desses povos ditavam modelo a uma vasta zona. Eles eram sobretudo agricultores, mas seus tecelões, ferreiros, artistas do cobre, do ouro e da madeira, comerciantes, guerreiros e intelectuais já gozavam de merecida reputação.

Em território brasileiro, os pertencentes à nação Ketu (ver p. 22), termo que designa o grupo linguístico yorubá, tem sua origem como bem definiu Pierre Verger (1996): “o termo ‘yorùbá’ aplica-se a um grupo linguístico de vários milhões de indivíduos”. Ele acrescenta que, “além da linguagem

(Caetano Veloso); “São Salvador”, “Bahia” (Paulo da Cunha); “Upa neguinho” (Edu Lobo); “Festa para um rei negro: samba reisado” (Zuzuca, na voz de Jair Rodrigues); “Afoxé”, “A preta do acarajé”, “Vatapá”, “Dois de fevereiro”, “Retirantes”, “Oração de Mãe Menininha” (Dorival Caymmi); “Oiá” (Danilo Caymmi); “San Vicente”, “Os tambores de Minas” (Milton Nascimento).

- Promover um ciclo de oficinas nas quais os alunos possam compartilhar o conhecimento adquirido com a comunidade escolar e fortalecer o vínculo com a cultura popular, por meio de diversas atividades como: confecção de instrumentos musicais e de máscaras (a partir de materiais reciclados), confecção de adornos (utilizando conchas, búzios, contas, cascas, sementes e frutos secos), pintura em tecido, capoeira, produção de ritmos, danças, penteados afro e culinária.

SUGESTÕES DE LEITURA

INFANTOJUVENIL

- ASARE, Meshack. *O chamado de Sosu*. São Paulo: Edições SM, 2005.
- BADOE, Adwoa. *Histórias de Ananse*. São Paulo: Edições SM, 2006.
- COSTA e SILVA, Alberto da. *Um passeio pela África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- CUNHA, Carolina. *Aguemon*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. *Caminhos de Exu*. São Paulo: Edições SM, 2005.
- _____. *Eleguá*. São Paulo: Edições SM, 2007.
- _____. *Yemanjá*. São Paulo: Edições SM, 2007.
- _____. *Mestre gato e comadre onça*. São Paulo: Edições SM, 2011.
- LODY, Raul. *Atlas brasileiro de cultura popular*. Salvador: Edições Maianga, 2006.
- MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2006.
- MWANGI, Meja. *Mzungu*. São Paulo: Edições SM, 2006.
- VERGER, Pierre Fatumbi; CARYBÉ. *Lendas africanas dos orixás*. São Paulo: Corrupio, 1983.

ADULTOS E PARA PESQUISA

- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CARNEIRO, Édison. *Antologia do negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário*

comum, os yorubá estão unidos por uma mesma cultura e tradições de origem comum, na cidade de Ifé, mas não parece que tenham jamais constituído uma única entidade política e também é duvidoso que, antes do século XIX, eles se chamassem uns aos outros por um mesmo nome”.

O segundo grupo linguístico, o fon, é falado nas comunidades religiosas afro-brasileiras da chamada nação jeje, descendente dos povos ewe. Proveniente do grupo kwa das famílias de línguas do Níger-Congo, principalmente do Togo, e com sua variante dialética mais popular, o mina, constitui uma língua difundida em todo o golfo.

Tudo leva a crer que foi no Brasil que o sintagma jeje-nagô entrou em uso corrente. Nesse *ABC afro-brasileiro*, estão destacados padrões culturais dos grupos ewe-fon e nagô-yorubá mais recorrentes em nossos candomblés.

A alta personalidade dessas culturas manifesta-se em aspectos peculiares. Por exemplo, na coexistência de monoteísmo e politeísmo; no antropocentrismo; no vínculo estreito entre religião e natureza; nas vibrações e forças sobrenaturais (ver p. 7); no uso da palavra como fonte sagrada de transmissão do saber.

A adoração aos deuses dos povos jeje e nagô é, acima de tudo, pragmática. Voduns (ver p. 40) e orixás (ver p. 9) não param de intervir nos assuntos terrenos cotidianos. É aqui que Oxalá se lava com águas novas, Exu guarda e protege os caminhos, Ogum forja o facão, Oyá dança com corpo de vento e neblina, os lbeji se esbaldam (ver p. 13), Oxum guarda suas joias (ver p. 30), Omolu distribui moléstias, Xangô

rio afro-brasileiro. Rio de Janeiro: TopBooks, 2001.

FREIRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RAMOS, Arthur. *O folclore negro do Brasil*. São Paulo: WMF; Martins Fontes, 2007.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

SANTOS, Joel Rufino dos. *O dia em que o povo ganhou*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Baía de Todos os Santos do século XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.

_____. *Notas sobre o culto aos orixás e voduns na Bahia de Todos os Santos, no Brasil, e na antiga Costa dos Escravos, na África*. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. *Notícias da Bahia – 1850*. Salvador: Corrupio, 1982.

VIANNA FILHO, Luiz. *O negro na Bahia: um ensaio clássico sobre a escravidão*. Salvador: Edufba, 2008. (Edição comemorativa ao centenário de nascimento do autor).

OUTROS TÍTULOS DA COLEÇÃO ABC

BARBIERI, Stela. *ABC do Japão*. São Paulo: Edições SM, 2008.

BARBOSA, Rogério Andrade. *ABC do continente africano*. São Paulo: Edições SM, 2008.

FARAH, Paulo. *ABC do mundo árabe*. São Paulo: Edições SM, 2006.

MACHADO, Ana Maria. *ABC do Brasil*. São Paulo: Edições SM, 2009.

SCLIAR, Moacyr. *ABC do mundo judaico*. São Paulo: Edições SM, 2007.

ELABORAÇÃO DO GUIA CAROLINA CUNHA; PREPARAÇÃO GISLAINE MARIA DA SILVA; REVISÃO CARLA MELLO MOREIRA E MARCIA MENIN

ruge trovões (ver p. 42), Dan se encanta em arco-íris, Oxóssi caça e Yemanjá canta seu canto doce (ver p. 45).